



Av. Neco Teixeira, nº 555 - CENTRO
 Água Branca - PI CEP: 64.460-000
 CNPJ: 07.667.361/0001-35

- J) garantir a execução, o cumprimento e acompanhamento do Credenciamento das Instituições Financeiras;
- K) garantir que a Alocação Estratégica esteja em consonância com os estudos técnicos que nortearam o equilíbrio atuarial e financeiro e
- L) qualquer outra atividade relacionada diretamente a área de investimentos.

Todo o acompanhamento promovido pelo Comitê de Investimentos será designado em formato de ata e/ou relatório e/ou parecer, sendo disponibilizado para apreciação, análise, contestação e aprovação por parte do Conselho de Deliberação. Sua periodicidade se adequará ao porte do Fundo de Previdência do Município.

Os relatórios e/ou pareceres supracitados serão mantidos e colocados à disposição do Ministério da Secretária da Previdência e Trabalho, Secretária de Previdência Social - SPREV, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Fiscal, Controle Interno e demais órgãos fiscalizadores e interessados.

9 DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Política de Investimentos poderá ser revista no curso de sua execução e deverá ser monitorada no curto prazo, a contar da data de sua aprovação pelo órgão superior competente do Fundo de Previdência do Município, sendo que o prazo de validade compreenderá apenas o ano de 2023.

Reuniões extraordinárias promovidas pelo Comitê de Investimentos e posteriormente com Conselho Deliberativo do Fundo de Previdência do Município, serão realizadas sempre que houver necessidade de ajustes nesta Política de Investimentos perante o comportamento/conjuntura do mercado, quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros e/ou com vistas à adequação à nova legislação.

A Política de Investimentos e suas possíveis revisões; a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas, permanecerão à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e fiscalização pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Deverão estar certificados os responsáveis pelo acompanhamento e operacionalização dos investimentos do Fundo de Previdência do Município, através de exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido no anexo a Portaria nº 1.467/2022, Art. 76, Inciso II.

A comprovação da habilitação ocorrerá mediante o preenchimento dos campos específicos constantes do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN e do Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR.

Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN nº 4.963/2021 e suas e à Portaria nº 1.467/2022 e demais normativas pertinentes aos Regimes Próprios de Previdência Social.

É parte integrante desta Política de Investimentos, cópia da Ata do Comitê de Investimentos que é participante do processo decisório quanto à sua formulação e execução, cópia da Ata do órgão superior de deliberação competente que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

Este documento está assinado:

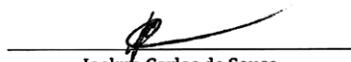
p. 19



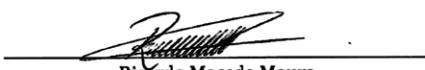
Av. Neco Teixeira, nº 555 - CENTRO
 Água Branca - PI CEP: 64.460-000
 CNPJ: 07.667.361/0001-35

Água Branca, 13 de Dezembro de 2022.


 Kleber Vilanova de Sousa
 Representante da Unidade Gestora do RPPS


 Joelma Carlos de Sousa
 Membro comitê de investimentos


 Alessandra Rakel de Moraes Silva
 Membro comitê de investimentos


 Ricardo Macedo Moura
 Representante do Conselho Deliberativo do RPPS

p. 20

Id:0CC552DBD590B8FC



ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
 CNPJ: 06.554.760/0001-27
 GABINETE DO PREFEITO

Água Branca (PI), 27 de março de 2023.

PROCEDIMENTO DE DISPENSA Nº 026/2023

OBJETO: Contratação de empresa para manutenção e correção de equipamentos do projetor de adaptação implemento da Ambulância do SAMU, MB SPREINTER placa PIZ-1608 do município de Água Branca/PI.

ASSUNTO: Ratificação e celebração de contrato.

Com fulcro nos Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, e no Parecer da Assessoria Jurídica deste Município, Ratifico a orientação técnica da Comissão Permanente de Licitações e determino a contratação da empresa **ABRAÃO DE MOURA BRADÃO-ME 45384495391** para a prestação dos citados serviços. O valor global do contrato será de R\$ 7.245,00 (sete mil duzentos e quarenta e cinco reais), conforme documentos que fazem parte deste processo.

Publique-se no prazo de 05 (cinco) dias.

 José Ribeiro da Cruz Junior
 Prefeito Municipal

Id:1518F3AE06CCBE26



ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRALINHOS

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APECIAÇÃO DA GESTÃO FISCAL DO MUNICÍPIO CURRALINHOS, REFERENTE AO 2º SEMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2.022

Aos 23(vinte e três) dias do mês de março de 2022, no prédio onde funciona a CRAS João Antonio do Vale Batista, situada a Rua Jesus Vieira, S/Nº, Centro, foi realizada audiência pública convocada pelo Prefeito Municipal o Sr. Everardo Lima Araújo com a finalidade de cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, bem como a Lei Complementar 131/2009, cujo objetivo é a divulgação e dar transparência da Gestão Fiscal e da execução financeira e orçamentária dos recursos que o município recebeu neste período. Abriu a audiência pública o Sr. Everardo Lima Araújo, Prefeito Municipal, agradecendo a presença de todos explicando que o objetivo da audiência pública é dar transparência e publicidade dos recursos recebidos pelo município bem como seus gastos efetuados nos diversos programas desenvolvidos pelo município os quais serão apresentadas pelo contador do município. Na sequência repassou a palavra para Sr. João Antonio da Trindade Viana, contador do município que representa a Empresa PLANACONT, que fez esclarecimento sob o papel da sociedade em ter conhecimento dos recursos que o município tem recebido, mostrou detalhadamente a arrecadação no exercício de 2.022 bem como a despesa total executada detalhada por cada secretaria municipal. Esclareceu que no exercício em análise, foi prevista arrecadação da receita e de despesas de igual valor no montante de R\$ 19.564.100,53, sendo arrecadado neste exercício o montante de R\$ 26.324.367,56, e que o município avançou bem principalmente na arrecadação própria, mais a receita de maior expressão como em 90% dos municípios 0,6 continua sendo o FPM. Disse ainda que os gastos que o município tem realizados neste período, estão distribuídos nas mais diversas áreas, explanou no slide os valores gastos por cada secretaria municipal. Com relação aos índices constitucionais o mesmo relatou que a gestão trabalhou incansavelmente para alcançar os mesmo, pois a administração teve que se reinventar para manter até mesmo as finanças em dias, sendo ingressados neste exercício como Receita de Imposto e Transferência - RIT no montante de R\$ 13.940.433,59 para a educação de R\$ 12.862.047,32 para a saúde, deste valor foram gastos, na área da educação com recursos próprios o montante de R\$ 5.718.365,85 que corresponde à 41,02% sobre a RIT, onde o compromisso assumido na última audiência foi seguida é risca para que o índice fosse atingido conforme determinação do art. 212 da CF onde estipula o limite mínimo de 25% dos gastos com educação; na saúde o gasto alcançou o montante de R\$ 1.996.189,74 que corresponde ao percentual de apenas 15,52% sobre a RIT, atendendo assim o limite constitucional que é de no mínimo de 15% dos gastos com saúde, Disse que nos últimos 12 (doze) meses a Receita Corrente Líquida - RCL do município foi de R\$ 23.910.764,32 e que as despesas com pessoal também nos últimos 12 (doze) meses foram de apenas de R\$

(Continua na próxima página)

ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRALINHOS

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APECIAÇÃO DA GESTÃO FISCAL DO MUNICÍPIO CURRALINHOS, REFERENTE AO 2º SEMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2.022

10.323.786,54 que corresponde a apenas 43,18%, ou seja dentro do limite estabelecido pelo art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal que determina o máximo de gastos do poder executivo em até 60%, com relação aos gastos com o magistério o mesmo fez questão de frisar que todos os municípios sofrem a sua ascensão referente aos recursos do FUNDEB, e que com muito esforço através de equilíbrio financeiro houve abono salarial aos profissionais do magistério para que atingíssemos o percentual mínimo 70% com o referido gasto, e que no final do 2º semestre de 2.022 o percentual alcançado foi de 71,237%, onde a receita do FUNDEB foi arrecadado até o montante de R\$ 8.969.348,60 e os gastos com essa classe de profissionais foi de R\$ 6.388.867,00. Informou que no exercício foi repassado ao Poder Legislativo para a sua manutenção o montante de R\$ 781.998,72 Mostrou através dos slides a data de entrega de cada balancete enviado ao Tribunal de Contas do Estado e ao Poder Legislativo e bem como a data que foi publicado todos os relatórios que compreende o RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária) e RGF (Relatório de Gestão Fiscal) junto ao Diário Oficial dos Municípios do semestre ambos dentro do prazo legal, ressaltou ainda que as obrigações diversas de prestar contas junto ao TCE-PI estão sendo cumpridas dentro do prazo legal e em seguida, depois das referidas explicações as atenções foram voltadas aos secretários municipais e bem como aos seus assessores: pela Secretária Municipal de Educação representado pelo assessor educacional Cicero Clécio da Silva, e pela Secretária de Assistência Social através da assessora Carla Oliveira Silva, Secretária Municipal de Saúde representada pela secretária Delciana Bomfim e que nesta ordem falaram das diversas ações desenvolvidas no município realizados por suas respectivas pastas, e que depois das explicações das mesmas através de slides, a palavra voltou ao assessor contábil do município que finalizou esta audiência pública onde agradecendo a todos os presentes e ressaltando que os mesmo eram as personagens principais daquela audiência e que na próxima vez os presentes se possível convidasse os seus vizinhos e parentes para se fazerem presentes nas próximas audiências, pois como o mesmo frisou anteriormente a sociedade tem um papel importante na fiscalização dos gastos públicos, nada a mais a falar encerrou desejando uma boa tarde a todos e até a próxima.

Curralinhos, 23 de março de 2.023

ASSINATURAS DOS PRESENTES

Marcia Ribeiro de S. Silva
 Antonio Nogueira R. da Silva

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APECIAÇÃO DA GESTÃO FISCAL DO MUNICÍPIO CURRALINHOS, REFERENTE AO 2º SEMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2.022

Dejuma Santana da Silva da Conceição
 Francine Silva Cavalcão
 Paulo O. Silva
 Mauro Sérgio Pereira de Assunção
 Maria da Luz Gonçalves
 Geyrana Soares da Silva
 Fernando Lima Araújo
 Francisca Leal dos Santos Filho
 Julsony Lima da Silva Costa
 Maria de Talino R. P. Oliveira
 Silvanaide Silva Oliveira
 José Augusto R. de Saia
 Clarissa Pereira da Silva Costa
 Jessica Thais Lima
 Alencar Soares de Macedo
 Alize Rádicius da Costa
 Jamell Paquito de Sousa
 Anderson Roberto Silva
 Francisca M. de Sousa Araújo
 Benedita Relizete de Araújo Silva
 Sulami de Abreu Silva Araújo
 Maria Chygoelles Justo
 Delciana Bomfim dos Santos Sousa
 Francisco Lima Vieira
 Estelita de Sousa Oliveira
 Edinaldo da Conceição do Nascimento
 Maria do Carmo dos Santos Torres
 Márcia de Abreu Araújo
 Maria Ruth Queiroz Alves Fonseca
 Raphael Moura da Silva
 Antonio Francisco Pereira Lima

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APECIAÇÃO DA GESTÃO FISCAL DO MUNICÍPIO CURRALINHOS, REFERENTE AO 2º SEMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2.022

Edson Candido Silva da Oliveira
 Silve Ferreira de Sousa Cunha
 Maria da Conceição da Silva
 Orlene Melo de Silva
 Francisco Albu C. do Costa
 Antonia Meire da Silva Santos
 Maria Rosilva Araujo da Silva
 Jordânia da Silva dos
 Márcia Duane S. Alves
 José Paulo de Silva Sousa
 Jovany do Rocha Sousa
 João Paulo Gomes Meira
 Francisca Taylane Cavalcão da Costa
 Francisca Lourenço Cavalcão da Costa
 Maria das Graças Silva Ribeiro
 Gustavo Oliveira de Sousa
 Antonio Jackson da R. Lima
 Francis de Jesus Oliveira
 João Antônio da Trindade Viana
 Geyrana Maria Ramos Lemos Rocha
 Dulcimar Francisca da Silva Santos
 Daniel Pereira da Silva
 Sara Reguly Lima Santos
 Francisco Reguly da Silva
 Antonio Domingos da Moura Filho

Id:0CC552DBD590BE3C



ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRALINHOS

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AOS PROJETOS DE LEI QUE TRATA SOBRE A ALTERAÇÃO DO PPA PARA O EXERCÍCIO 2.023 E DA LOA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2.023

Aos 07(sete) dias do mês de dezembro de 2022, no prédio onde funciona o CRAS João Antonio do Vale Batista, situada a Rua Jesus Vieira, S/Nº, Centro, foi realizada nesta mesma data a II audiência pública do dia convocada pelo Prefeito Municipal o Sr. Everardo Lima Araújo com a finalidade de cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, bem como a Lei Complementar 131/2009, cujo objetivo é a divulgação e dar transparência a população e a comissão permanente da Câmara Municipal. Abriu a audiência pública o Sr. Everardo Lima Araújo, Prefeito Municipal, agradecendo a presença de todos explicando que o objetivo da audiência pública é dar transparência e publicidade aos atos do poder executivo e que é muito importante a presença para ouvir, questionar, indicar algo que venha a somar positivamente na administração municipal e na melhoria para todos, e que a explicação e apresentação da proposta de alteração do PPA para o exercício financeiro de 2023 e da LOA 2023 serão apresentadas pelo contador do município. Na sequência repassou a palavra para Sr. João Antonio da Trindade Viana, que representa a Empresa PLANACONT, o mesmo fez esclarecimentos sob o papel da sociedade em ter conhecimento do que se tratava nesta manhã pois se tratava de assunto que envolvia 2.023. Falou que a proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2.023 foi fixada na ordem de R\$ 27.500.000,00 (vinte e milhões e quinhentos mil reais), sendo ora dado conhecimento a população visando colher sugestão para inclusão na referida proposta pois a mesma ainda não tinha sido aprovado pela câmara municipal, o mesmo relatou ainda que a proposta orçamentária foi traçada com o intuito de dotar o município a ficar apto com as necessidades de previsão dos programas de qualquer esfera governamental e que a mesma seguia o estabelecido na proposta de alteração do PPA e seguindo as diretrizes da lei da LDO e suas alterações. Mostrou através de slides e gráficos o valor orçado para cada unidade orçamentária, por função de governo e também por entidade/fundo, e bem como o previsto de arrecadação por entidades e detalhadamente cada fonte de recurso, falou das ações contidos no orçamento uma a uma, com a devida justificativa e objetivo das mesmas e que depois de feita todas as explicações acerca das matéria discutida franqueou a palavra aos presentes para qualquer objeção, e não havendo ninguém a se manifestar acerca das propostas orçamentárias fez o encerramento com a seguinte mensagem final "Gostaria de salientar ao povo curralinhense aqui presentes e que repassem (Continua na próxima página)